

Resenha do Livro
TV E ESCOLA: DISCURSOS EM CONFRONTO

GUIMARÃES, Gláucia. *TV e escola: discursos em confronto*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.74)

Por: Gutenberg Barbosa Batista Junior
Mestrando em Educação da Universidade Estácio de Sá
junior@netbotanic.com.br

O livro da pedagoga e mestre em Educação pela UFRJ Gláucia Guimarães toma como ponto de partida a sua experiência como educadora de classes de alfabetização em escolas públicas e particulares na cidade do Rio de Janeiro, onde começou, a partir de trabalho acadêmico, a observar a existência, em alguns momentos, do prazer e da rejeição no conhecer/aprender por parte dos alunos. Tal vivência levou-a a questionar se a pedagogia que ela e a escola estavam aplicando não era de algum modo excludente. A partir desta observação, começou a fazer uma análise sobre o discurso pedagógico ditado pelas escolas que, para ela, acabou se tornando um forte componente no sucesso ou não da aprendizagem proposta.

Em seu livro, Gláucia nota que todas as atividades em que os alunos demonstravam prazer e construíam conhecimentos aconteciam principalmente quando eles estavam diante da TV e da linguagem que ela apresentava, principalmente no tocante ao discurso pedagógico oferecido por este veículo. Ela incorporou, aos poucos, em suas aulas, os programas de TV ligados ao universo infantil como mais uma ferramenta de ensino. A autora questiona ainda quais seriam as práticas de linguagem constituídas pelo alunado e se a televisão, por meio de sua linguagem, considera os interesses, as realidades, os imaginários dos alunos.

Em seu livro, a pedagoga tenta descobrir se alguns elementos da linguagem televisiva podem auxiliar na construção de uma prática educativa mais comprometida com interesses de professores e alunos e em que a televisão se aproxima ou se afasta da linguagem da escola.

Levantadas estas questões, Gláucia Guimarães ficou mais atenta ao comportamento dos alunos no papel de telespectadores de programas infantis e descobriu que havia alguns programas que eram considerados por eles muito mais interessantes que outros, da mesma maneira que, na escola, em seu papel de educadora, poderia também produzir prazer ou não em suas aulas. Esta conclusão se deu através da observação de dois programas realizados pela TV Cultura de São Paulo e retransmitidos pela TV Educativa do Rio de Janeiro. São eles: *Rá-Tim-Bum* e *Castelo Rá-Tim-Bum*.

Ela observou que o *Castelo Rá-Tim-Bum*, em seus episódios temáticos, favorecia o desenvolvimento de outras atividades relacionadas ao tema e conteúdo trabalhados no episódio, diferentemente do *Rá-Tim-Bum*, que, em alguns momentos, levava a uma rejeição, uma perda de interesse ou mesmo a um desvio de atenção por parte do alunado, para atividades que não tinham nenhuma relação com o tema abordado no episódio.

Ao comparar o comportamento de seus alunos em relação aos programas e tendo em vista o problema das restrições das práticas de linguagem na escola, levanta algumas questões pontuais, quando questiona como e de que forma se modificam as diferentes reações dos alunos diante de programas tão semelhantes do ponto de vista de conteúdo e de objetivo. A autora tenta ainda associar se este mesmo comportamento seria, a princípio, o que levaria os alunos a preferir uma aula em detrimento de outra, e, também, se os alunos, muitas vezes extremamente diferentes do ponto de vista da classe e/ou grupo social/cultural, poderiam se manifestar da mesma forma a partir da exibição desses dois programas. Questionado isso, a pedagoga levanta a hipótese de que o programa que atraía menos atenção das crianças era aquele que se constituía das práticas de linguagem instituídas na e pela maioria de nossas escolas.

A partir daí, ela faz uma análise comparativa dos dois programas, tentando descobrir se há ou não diferenças entre as práticas de linguagem entre os dois programas. A autora tenta mostrar em que medida essas diferenças ajudam a compreender o maior índice de audiência e aceitação dos alunos de um programa em detrimento do outro. Procura descobrir por que a maioria dos alunos tem a escola como um espaço do não-prazer.

Buscando compreender as razões pelas quais as crianças não gostam da escola, aponta os resultados da pesquisa da educadora Luisa Castiglioni Lara, feita em 1989. Destaca ainda estudiosos sobre o tema, como Michel Montaigne, Anton S. Makarenko, Maria Montessori, Janusz Korczak, Georges Snyders, Michel Lobrot e Rubem Alves, que discutem este tipo de questionamento em relação à instituição escolar.

No livro, a autora levanta ainda questionamentos sobre a imagem da escola, quando o assunto diz respeito ao não-desejo das crianças e jovens de estar e de participar ativamente das aulas.

Embora admita que haja uma percentagem – pequena – dos que têm numa sala de aula um ambiente de prazer, constata, através de suas observações, pesquisas e estudos que isto não é uma regra, mas sim uma exceção, e que, para a maioria do alunado, ir para a escola torna-se apenas uma necessidade de se cumprir uma exigência social.

Mas como seria possível transformar a escola, que é considerada por muitos alunos enfadonha, em um espaço associado ao prazer? A esta pergunta, ela responde que seriam necessárias práticas educativas pautadas na realidade do aluno, já que estes

ocupam uma posição de destaque quando se discute o assunto, ressaltando que este tipo de pensamento vem se tornando lugar comum entre os educadores.

Lembra que muitos estudos abordam essa questão e que ícones da educação como Paulo Freire e Nidelcoff já propunham conhecer a realidade do aluno, para se ter uma compreensão maior e mais detalhada da diversidade cultural e das diferenças lingüísticas que existem dentro da escola.

Destaca que os indicadores em relação à vida do aluno, como renda familiar, moradia, relacionamentos e origem contam muito na hora de se conhecer quem é esse aluno e como se deve trabalhar didaticamente com ele. Porém, reconhece que se deva levar em consideração também a realidade sonhada por ele, suas idéias, crenças, emoções, aspirações, fantasias e desejos. Para a autora, quando o professor privilegia apenas os aspectos empíricos relativos ao aluno, pode ter uma “leitura” errada sobre a realidade do mesmo, não penetrando na realidade desse aluno e na sua visão de mundo.

A autora reconstrói alguns conceitos e levanta questões sobre o discurso da escola em relação à ausência de “sedução” e encantamento que os estudantes sofrem no momento da construção do conhecimento. Questiona, ainda, se é possível aproveitar alguns elementos do discurso dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, na área pedagógica.

Critica também o autoritarismo que se revela através do discurso pedagógico. Quando isto ocorre, o discurso acaba se cristalizando, reificando funções e representações, nas quais professor e aluno têm papéis nitidamente definidos e inalterados, desconsiderando as expectativas, os desejos, as utopias de ambos. A partir do discurso pedagógico que vem sendo praticado na escola atual, observa que o conteúdo da mensagem do que é ensinado não se torna algo interessante para se aprender ou mesmo não faz parte da vivência do discente, mas se transforma em algo obrigatório no processo de ensino-aprendizagem, cristalizando, desta forma, as práticas de pergunta e resposta, não importando o conhecimento de quem responde, mas sim o que já vem pronto. Evidencia-se, no discurso pedagógico, que o professor possui a imagem intocável de um ser superior, “o que sabe”. Desvaloriza-se o objeto de estudo, o conhecimento, a construção deste. O aluno é culpado pelo fato de não saber aquilo que o professor sabe. Ele sempre é colocado no lugar de quem deve “aprender”, o eterno papel de tutelado.

O modo pelo o qual o discurso pedagógico trata este tema faz com que o aluno sinta um enorme desprazer no que está sendo ensinado na escola. E, quando esta motivação existe, ela é feita de forma artificial, criada com o único intuito de assegurar a continuidade da instituição escolar, bem como o fortalecimento da autoridade do conhecimento e saber do professor.

A autora observa, ainda, que a estrutura e a prática administrativa das escolas favorecem a distinção dentro e fora, criando uma dicotomia. De um lado, a construção do conhecimento, do outro, o prazer.

Guimarães salienta que o objeto de estudo acaba não sendo estudado pelo aluno. O que ocorre é mera cópia e repetição do que é dado, a partir da palavra e do saber do professor, que, neste instante, torna-se a autoridade única e máxima sobre o assunto explanado. Os conceitos oferecidos pelo mestre para o alunado acabam não fazendo sentido na maioria das vezes. Porém, este discurso institucionalizado avaliará o que foi aprendido pelo aluno somente e exclusivamente por meio de um grau, registrado nos boletins através de notas e/ou conceitos, instituindo, desta forma, o conhecimento legitimado, não abrindo espaço para um processo de aprendizagem do aluno.

A pedagoga questiona se o discurso pedagógico contribui para uma (re)produção da imagem da escola, ou ainda, se é autoritário porque se produz em condições que estão atreladas à imagem de escola e de uma educação cristalizada. Indaga, ainda, se seria possível produzir um discurso pedagógico que não seja necessariamente autoritário ou que não reproduza o sentimento de não-prazer do aluno no processo do conhecer. Ela se pergunta se vale à pena fazer um esforço para modificar o discurso pedagógico, tornando-o mais polissêmico e menos autoritário, abarcando os interesses, desejos e expectativas dos alunos.

Logo após estes questionamentos, faz uma análise criteriosa sobre o discurso pedagógico que advém dos dois produtos televisivos, sem deixar de contextualizá-los e mesmo explicar a história e os motivos para suas criações e veiculações pela TV Cultura de São Paulo. Explica, ainda, os formatos e a dinâmica dos dois programas, apresenta os personagens que os compõem, bem como os temas abordados e as práticas de interlocução mostradas em cada episódio, além de fazer um comentário pessoal sobre o que foi observado por ela em cada uma das 18 interlocuções comparativas estudadas tanto no *Rá-Tim-Bum* como no *Castelo Rá-Tim-Bum*.

Na conclusão de seu livro, observa que os estudiosos, que afirmam que programas educativos com ou sem a tutela de um professor nada acrescentam, encontram-se equivocados, pois a TV pode contribuir para uma reflexão sobre a prática de linguagem na escola, fazendo com que ela seja menos enfadonha e se caracterize como um espaço de conhecimento e prazer.

Admite que existam programas educativos produzidos pela TV, como, por exemplo, o *Rá-Tim-Bum*, que se aproximam das práticas de linguagem da escola e praticam também um discurso pedagógico autoritário, reforçando o formalismo, as relações assimétricas, a não-satisfação e o não-estímulo do aluno/telespectador para assisti-los.

Por outro lado, ela verificou também a existência de outro tipo de programa educativo, como o *Castelo Rá-Tim-Bum*, onde a prática da linguagem valoriza o processo de aprendizagem e a construção do conhecimento.

A pedagoga afirma, que, quanto mais a TV se aproxima da escola, mais ela acaba se tornando autoritária, enfadonha e distante das expectativas, realidades e imaginários do aluno e/ou telespectador. Ela destaca que não existe nada de muito novo nas práticas instituídas na televisão, e que esta aproximação do veículo televisivo com a escola - não a tradicional, mas com aquela que unirá educação com prazer - encontra-se ainda distante de uma realização. Para Glúcia, isto, por enquanto, ainda é uma utopia de educadores sonhadores, assim como ela.